

Parecer nº 123/97

Data: 1997.12.17

Processo nº 296

Reclamante: Aleixo Barata Pinto Tonelo.

Entidade reclamada: Vice-Presidente dos Serviços Sociais
da Guarda Nacional Republicana.

1 - O Pedido

Em 25 de Novembro de 1997, Aleixo Barata Pinto Tonelo, Oficial do Exército na situação de reformado, reclamou para a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) do indeferimento tácito do pedido de acesso ao despacho de 28 de Janeiro de 1993 de S. Ex^a o Ministro da Administração Interna (MAI).

Nos termos do artigo 15º, nº 3, da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, e do artigo 72º do Código do Procedimento Administrativo, o pedido de acesso considera-se indeferido tacitamente se decorrerem 35 dias úteis sem que a Administração tenha tomado posição expressa.

Verificado que foi o decurso desse prazo, cumpre apreciar o próprio conteúdo da reclamação, isto é, a legalidade do acesso pretendido.

2 - Apreciação

2.1. De acordo com fotocópia do pedido formulado pelo reclamante ao Vice-Presidente dos Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana (SSGNR) em 29 de Setembro de 1997, ele pretendia uma cópia do despacho de 28.01.93 do MAI para avaliar da pretensão de sua mãe de passar a beneficiária titular.

2.2. É de notar que foram também juntas à reclamação mais duas fotocópias, uma das quais de um ofício dos SSGNR, datado de 23.09.97, referindo a “situação de viúva de ex-militar reformado” e explicando que os diplomas referidos pelo ora reclamante na carta de 12 de Setembro haviam sido revogados e que o regime anterior estava, portanto, alterado.

Por outro lado, consta do nº 3 deste ofício a informação seguinte:

“A percentagem da quotização é de 0,5% sobre os vencimentos ou pensões, **nos termos do despacho de 28.01.93 de S. Ex^a o MAI**, despacho esse que não era de publicação obrigatória no D.R., mas que foi publicado nas Ordens de Serviço de todas as Unidades da Guarda, pelo que dele o ex-soldado teria conhecimento obrigatório”.

2.3. Tendo embora em conta esta referência, a verdade é que a Administração não pode justificar a recusa de acesso ao despacho por ele ter sido oportunamente dado a conhecer a quem o pretende agora.

2.4. Na verdade, esse despacho, embora não publicado, é um documento administrativo sem restrição de acesso nos termos da Lei nº 65/93 desde que os SSGNR o detenham. (cf. designadamente o nº 1 do artigo 4º e os números 1 e 3 do artigo 7º).

2.5. O direito de acesso, nos termos do nº 3 do artigo 7º, compreende não só o direito de obter a sua reprodução **como o direito de ser informado sobre a sua existência e conteúdo.**

Assim, a Administração (neste caso, os Serviços Sociais da GNR) têm obrigação de permitir o acesso pretendido, por qualquer das formas previstas no nº 1 do artigo 12º da Lei nº 65/93.

3 - Conclusão

3.1.A reclamação preenche os pressupostos formais para aceitação, respeitados que foram os prazos legais fixados.

3.2.O acesso pretendido é igualmente de atender por se conformar com os requisitos previstos na Lei nº 65/93.

3.3.O direito de acesso será exercido pela forma descrita no artigo 12º, sem necessidade de novo requerimento, cabendo aos Serviços Sociais da GNR **comunicá-lo** ao reclamante ou dar-lhe a conhecer a forma como **poderá consultar o despacho do Ministro da Administração Interna de 28 de Janeiro de 1993.**

Lisboa, 17 de Dezembro de 1997

Branca do Amaral (Relatora) – *Narana Coissoró* – *Vasco Almeida* – *Francisco de Brito*
– *José Renato Gonçalves* – *João Labescat* – *Castro Martins* (Presidente)